

**ANALISTA TÉCNICO
ENGENHEIRO DE MEIO
AMBIENTE****07/05/2017**

PROVAS	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 15
Matemática	16 a 30
Conhecimentos Específicos	31 a 60
Prova Discursiva	—

**SÓ ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO
LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES**

1. Quando for permitido abrir o caderno de provas, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao aplicador de provas.
2. Este caderno contém a prova objetiva com 60 questões, de múltipla escolha, e a prova discursiva. A prova discursiva compõe-se de duas questões, valendo cada uma de zero a dez pontos.
3. Preencha, no cartão-resposta da prova objetiva, a letra correspondente à resposta que julgar correta.
4. O cartão-resposta e a folha de resposta são personalizados e não serão substituídos em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-los, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro, notifique-o ao aplicador de prova.
5. Preencha no cartão-resposta, integralmente, um alvéolo por questão, rigorosamente dentro de seus limites e sem rasuras, utilizando caneta de tinta **AZUL** ou **PRETA**, fabricada em material transparente. No cartão, a questão deixada em branco, com emenda, rasura, com corretivo ou com mais de uma marcação terá pontuação zero.
6. Na folha de resposta da questão discursiva, não se identifique. Qualquer símbolo, sinal, desenho, recado, orações ou mensagens, inclusive religiosas, nome, apelido, pseudônimo ou rubrica serão considerados elementos de identificação. Apresentando qualquer um desses elementos, a prova será desconsiderada, não será corrigida e terá pontuação zero. Respostas a lápis também **NÃO** serão consideradas.
7. A prova objetiva e a prova discursiva terão a duração de **cinco horas**, incluídos, nesse tempo, os avisos, a coleta de impressão digital e a transcrição das respostas para o cartão-resposta e para a folha de resposta da prova discursiva.
8. Iniciada a prova, você somente poderá retirar-se do ambiente de realização das provas após decorridas **três horas** de seu início e mediante autorização do aplicador de provas. Somente será permitido levar o caderno de provas após decorridas **quatro horas de provas**, desde que permaneça em sala até esse momento. É vedado sair da sala com quaisquer anotações antes deste horário.
9. Os três últimos candidatos, ao terminarem as provas, deverão permanecer no recinto, sendo liberados após a entrega do material utilizado por eles e terão seus nomes registrados em Relatório de Sala, no qual irão apor suas respectivas assinaturas.
10. **AO TERMINAR SUAS PROVAS ENTREGUE, OBRIGATORIAMENTE, AO APLICADOR DE PROVAS, O CARTÃO-RESPOSTA E A FOLHA DE RESPOSTA DA PROVA DISCURSIVA.**

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às questões de **01 a 10**.

Fontes renováveis serão protagonistas no futuro da energia do Brasil

Até 2050, a demanda por energia elétrica no Brasil deve triplicar, segundo estimativas da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e do Ministério de Minas e Energia. Atendê-la com um sistema confiável, sustentável e acessível aos consumidores é um desafio. E ao mesmo tempo, apresenta uma série de boas oportunidades não só de negócio, mas de desenvolvimento da indústria nacional, de formação de mão de obra qualificada e de inclusão social.

[...]

Fontes renováveis e diversificação da matriz

Com cerca de 8,5 milhões de quilômetros quadrados de território cortado por rios caudalosos, mais de sete mil quilômetros de litoral, bem como condições climáticas favoráveis, não surpreende que o Brasil já tenha quase 90% de sua matriz energética elétrica renovável.

O problema é que mais da metade dela está concentrada em energia hidrelétrica, o que ficou evidente com a seca que assolou o País em 2015, e acabou por contribuir para a elevação do preço da energia nacionalmente. “Mas toda crise tem seu lado positivo”, diz Marcos Costa, da GE. “Percebemos que não podemos ser tão dependentes da geração hidrelétrica, precisamos diversificar”.

Fontes alternativas não faltam. Segundo Ferreira, da CPFL, se explorássemos todo potencial de geração de energia eólica e solar do país, por exemplo, que soma 440 mil MW, já teríamos três vezes mais energia que toda nossa capacidade instalada atualmente, que é de 140 mil MW. Hoje, porém, a capacidade instalada de geração eólica, a mais desenvolvida das duas, é de pouco mais de 6 mil MW, ou 4,8% do total, segundo dados do Boletim Mensal de Monitoramento do Sistema Elétrico, de setembro de 2015, do Ministério de Minas e Energia.

Pode parecer pouco, mas não é. Afinal, o primeiro leilão para esse tipo de geração de energia foi em 2009, como lembra Elbia Silva Gannoum, da ABEEólica. “Começamos há pouco mais de cinco anos e já somos a 10ª economia do mundo em geração de energia eólica, e o 4º País do mundo que mais aumentou a capacidade instalada em 2014”, diz. “Geramos 40 mil postos de trabalho, investimos R\$ 18 bilhões no ano passado, e vamos gerar mais de 50 mil postos de trabalho em 2015, com outros R\$ 22 bilhões investidos”. As perspectivas e o ritmo de crescimento são tão bons que a estimativa é de que, até 2025, 25% da matriz de energia brasileira poderão ser de energia eólica. E ainda há a solar, de biomassa e outras variações de energia térmica.

Geração distribuída e confiabilidade da rede

Outra tendência no mercado de energia que rivaliza com a explosão das energias renováveis, com destaque para a eólica, é a geração distribuída. Segundo números da GE, até 2020, projetos de produção descentralizada de energia – em unidades menores, mais ágeis e próximas de quem vai usar a força produzida – receberão investimentos da ordem de US\$ 200 bilhões em todo o mundo. No mesmo período, a taxa de crescimento desse tipo de produção será quase 40% superior à taxa de crescimento da demanda mundial por energia. “No caso das máquinas aeroderivadas, que chegam à potência nominal em apenas 10 minutos, podemos gerar entre 18 MW e 100 MW”, afirma Marcos Costa, da GE.

Segundo o executivo, trata-se de uma boa opção no Brasil para complementar a oferta de energia em horários de pico em indústrias, por exemplo, ou durante intermitências. O sistema, guardadas as devidas proporções, é o mesmo que funciona nas termelétricas espalhadas pelo país e que, em 2015, foram fundamentais para garantir a estabilidade e a confiabilidade do sistema elétrico brasileiro durante a crise hídrica. “São sistemas que não só são confiáveis, mas também eficientes e limpos, principalmente quando funcionam com gás natural, que produz metade das emissões de sistemas que funcionam com diesel e carvão”, afirma Costa.

Há até a opção de usar lixo orgânico e o biogás que ele produz para rodar as turbinas, como já se faz em uma fazenda de porcos nas Filipinas, ou ainda uma fazenda leiteira na Índia. Nesses casos, o benefício pode ser triplo: não se emite o metano do biogás, gera-se energia e, se houver cogeração, aproveita-se o calor dos motores, o que faz a eficiência da máquina superar os 60%.

Inovação e eficiência

[...]

A busca por eficiência, fundamental para garantir o futuro da energia no país, passa, invariavelmente, pelas inovações tecnológicas. Um exemplo recente da dependência saudável do setor por inovações é a lâmpada LED. Durante o racionamento do ano 2000, 99% das lâmpadas residenciais eram incandescentes e gastavam 94% de energia gerando calor, e apenas 6% gerando luz.

Hoje, as proporções de geração de luz e calor em uma lâmpada de LED são o inverso – e as lâmpadas duram 10 vezes mais. “A área de energia vai ser muito demandada por inovação e tecnologia”, diz José Carlos Miranda, presidente da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco (Chesf). “Mas falta gente, somos carentes de pessoal capacitado”, afirma.

Elbia, da ABEEólica, faz coro. “Recentemente foram abertos dois cursos de mestrado e dois de graduação em energia eólica no País”, diz. “Mas ainda não estamos na velocidade do mercado”. Investir na formação e capacitação para este setor não é só garantir o futuro da energia no Brasil, mas também abrir um novo flanco de inteligência industrial que, em última instância, pode culminar na geração de tecnologia brasileira de ponta com grande potencial de exportação. “Somos o país da energia renovável”, diz Wilson, da CPFL. “São muitas as oportunidades por aqui”.

GALILEU. Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Caminhos-para-o-futuro/Energia/noticia/2015/11/fontes-renovaveis-serao-protagonistas-no-futuro-da-energia-do-brasil.html>>. Acesso em: 6 abr. 2016. (Adaptado).

— QUESTÃO 01 —

O enunciador, ao utilizar, no título do texto, a palavra “protagonista”, faz uma

- (A) remissão à criação poética, cujo principal instrumento é a palavra.
- (B) referência intertextual, aludindo a textos que tratam da gênese criadora.
- (C) analogia com o teatro e com as narrativas, por meio de um processo metafórico.
- (D) compressão de significados, por meio da utilização do processo metonímico.

— QUESTÃO 02 —

O depoimento de autoridades no assunto *energia do Brasil* que melhor resume de forma genérica a ideia do título do texto é:

- (A) “Já somos a 10ª economia do mundo em geração de energia eólica”.
- (B) “Geramos 40 mil postos de trabalho...”.
- (C) “A área de energia vai ser muito demandada por inovação e tecnologia”.
- (D) “Somos o país da energia renovável”.

— QUESTÃO 03 —

Em relação ao gênero textual, o texto se situa, predominantemente, na esfera

- (A) jornalística, já que informa o leitor por meio de dados estatísticos e de argumentos de especialistas sobre fontes de energia, ao mesmo tempo que pretende formar opiniões sobre o assunto.
- (B) científica, pois é feita descrição minuciosa de dados de pesquisas realizadas por investigadores renomados da área de tecnologia de geração de energia.
- (C) acadêmica, porque os fatos narrados no texto são resultantes de debates realizados por membros da comunidade universitária que se preocupam com a questão energética do Brasil.
- (D) didática, uma vez que as informações contidas no texto contribuem para ensinar sobre o assunto e para se aprender sobre ele.

— QUESTÃO 04 —

No primeiro parágrafo do texto, o enunciador fala que, no Brasil, a demanda por energia elétrica confiável, sustentável e acessível é um desafio e apresenta uma série de oportunidades. Considerando essa afirmação, um desafio mencionado no texto é:

- (A) o leilão de energia eólica realizado no ano de 2009 e suas consequências.
- (B) o sistema de hidrelétricas concentrar mais da metade da matriz energética brasileira.
- (C) a possibilidade de utilização de lixo orgânico na produção de energia elétrica.
- (D) a rivalidade existente entre a geração distribuída de energia e as energias renováveis.

— QUESTÃO 05 —

Para atender à crescente demanda por energia elétrica nas próximas décadas, o Brasil precisará

- (A) contar com um sistema confiável, sustentável e acessível aos consumidores, garantido por fontes renováveis diversificadas.
- (B) recorrer a uma matriz energética elétrica renovável, gerada em grande parte por hidrelétricas localizadas em seus rios caudalosos.
- (C) garantir a estabilidade do sistema elétrico brasileiro durante as crises hídricas, na expectativa de que as condições climáticas sejam favoráveis.
- (D) manter elevação anual do preço da força produzida em horários de pico tanto para os pequenos usuários como para as grandes indústrias.

— QUESTÃO 06 —

A seguir, são apresentados três grupos de palavras que recuperam, em partes, o sistema de referência nominal e pronominal do texto.

GRUPO I

- “demanda por energia elétrica” = “-la” (1º §)
- “seca” = “crise” (3º§)
- “Fontes alternativas” = “energia eólica e solar” (4º §)

GRUPO II

- “todo potencial de geração de energia” = “4,8%” (4º §)
- “a mais desenvolvida das duas” = “energia solar” (4º §)
- Marcos Costa = executivo (6º e 7º §)

GRUPO III

- “Outra tendência no mercado de energia” = “geração distribuída” (6º §)
- “Lixo orgânico” = “ele” (8º §)
- “Investir na formação e capacitação” = “novo flanco de inteligência industrial” (11º §)

Dos grupos apresentados, quais são os que indicam, de forma adequada e completa, as referências do texto?

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) I, II e III.

— QUESTÃO 07 —

A construção correlativa **não só X, mas (também) Y** aparece, no texto, em:

- “[...] não só de negócio, mas de desenvolvimento da indústria nacional [...]” (1º §);
- “[...] não só são confiáveis, mas também eficientes e limpos” (7º §);
- “não é só garantir o futuro da energia no Brasil, mas também abrir um novo flanco da inteligência industrial” (11º §).

Relativamente ao valor semântico e à atuação na argumentação do texto, essa construção

- (A) mostra duas perspectivas sobre um objeto, de tal modo que a segunda constitui consequência da primeira.
- (B) compara elementos de diferentes grandezas, preservando a sucessão temporal, a fim de mostrar a força argumentativa de cada um deles.
- (C) alterna elementos discursivamente importantes na enunciação com o propósito de colocar em relevo o primeiro deles.
- (D) apresenta uma primeira perspectiva, negando sua direção, para, em seguida, acrescentar a ela um argumento consistente.

— QUESTÃO 08 —

Ao afirmar que “se explorássemos todo potencial de geração de energia eólica e solar do país, por exemplo, que soma 440 mil MW, já teríamos três vezes mais energia que toda nossa capacidade instalada atualmente, que é de 140 mil MW”, Ferreira faz uso

- (A) da citação, porque retirou os dados de algum autor respeitado na área como forma de fundamentar sua argumentação.
- (B) do argumento baseado no consenso, já que ninguém se oporia à evidência consensual de que o Brasil produz 140 mil MW de energia na atualidade.
- (C) do raciocínio lógico, visto que há correspondência entre a multiplicação por três da grandeza numérica menor, cujo resultado se aproxima da grandeza maior.
- (D) da competência linguística, pois a correção gramatical e o nível de formalidade do texto são suficientes para convencer o interlocutor da verdade enunciada.

— QUESTÃO 09 —

No trecho “Mas falta gente, somos carentes de pessoal capacitado”, a vírgula cumpre a função de estabelecer entre os dois enunciados uma relação:

- (A) contrapositiva.
- (B) causal.
- (C) temporal.
- (D) concessiva.

— QUESTÃO 10 —

No trecho “As perspectivas e o ritmo de crescimento são tão bons que a estimativa é de que, até 2025, 25% da matriz de energia brasileira poderão ser de energia eólica”, o sujeito sintático da locução verbal “poderão ser” corresponde de modo específico:

- (A) aos bons indicadores de crescimento de produção de energia.
- (B) às outras fontes de energia diferentes da eólica.
- (C) às perspectivas de crescimento da energia solar e de biomassa.
- (D) aos 25% da matriz energética brasileira.

— RASCUNHO —

Leia o texto a seguir para responder às questões 11 e 12.



Material exposto nas dependências das escolas do Senai. Disponível em: <<http://agenciafiep.com.br/noticia/campanha-de-sustentabilidade-mobiliza-estudantes-e-colaboradores/>> . Acesso em: 6 abr. 2017.

— QUESTÃO 11 —

A maior parte do texto apresenta uma estrutura paralelística, ou seja, coloca lado a lado estruturas semelhantes. No texto, essa estrutura manifesta, respectivamente, a

- (A) possibilidade de ocorrência de um evento, seguida de uma orientação de caráter injuntivo.
- (B) descrição de uma rotina empresarial e a normativa previamente estabelecida pelos gestores.
- (C) apresentação de uma tese de sustentabilidade, seguida de uma argumentação em sua defesa.
- (D) enumeração de ações inadequadas ocorridas no passado e o modo de corrigir cada uma no futuro.

— QUESTÃO 12 —

No texto, o quadrinho que enuncia “sempre se coloque no lugar do outro” destoa dos demais por apresentar estrutura sintática diferente. Além disso, no plano das ideias, considerando o contexto de produção do texto e os enunciados dos outros quadrinhos, pressupõe-se que:

- (A) as pessoas são contratadas para exercer serviços de diferentes naturezas.
- (B) a instituição tende a valorizar a alteridade em detrimento da identidade.
- (C) a empresa é palco de vários e frequentes conflitos interpessoais.
- (D) as relações humanas também podem ser sustentáveis.

Leia o texto a seguir para responder às questões 13 e 14.



Disponível em: <<http://blogfurb.blogspot.com.br/2013/06/campanha-contradesperdicio-na-furb.html>>. Acesso em: 6 abr. 2017.

— QUESTÃO 13 —

No anúncio, há a integração entre linguagem verbal e não verbal. Do mesmo modo, há integração e progressão entre os enunciados verbais acima e abaixo do texto não verbal, que se manifestam, respectivamente, por meio da

- (A) proporcionalidade e da consecução, em que se revela uma lógica consecutiva.
- (B) constatação e da exortação, em que se evidencia um raciocínio lógico conclusivo.
- (C) metaforização e da relativização, em que se verifica uma lógica restritiva.
- (D) afirmação e da adversidade, em que se confirma um juízo lógico contravalorativo.

— QUESTÃO 14 —

No texto, o aspecto linguístico responsável pelo direcionamento interpretativo de que a situação ecológica é preocupante revela-se por meio

- (A) do uso dos verbos “ser” e “evitar” no imperativo e pela pressuposição do pronome “tu”.
- (B) da escolha da palavra “desperdício” e pelo uso do verbo “estar” no modo indicativo.
- (C) da semântica do verbo “aumentar” junto ao gerúndio, que indica ação contínua.
- (D) do qualificador “consciente” associado a um ponto de exclamação.

— QUESTÃO 15 —

Leia o texto a seguir.



Faixa exposta na frente de um posto de combustíveis na GO - 070, no Estado de Goiás. Fotografia, 2 abril 2017.

Considerando o contexto de produção e o local em que a placa foi exposta, ao escrever que “aqui 1 litro = 1000 ml”, o enunciador do texto tem o objetivo implícito de:

- (A) afirmar sua honestidade ao mesmo tempo em que sugere que há corrupção praticada por outros postos de combustíveis.
- (B) anunciar uma promoção feita pelo posto, seduzindo o motorista para aproveitá-la, enquanto ela estiver em vigor.
- (C) informar ao público leitor que as variações nas medidas de volume podem gerar interpretações divergentes no ato da compra.
- (D) mostrar que o posto tem política sustentável, por meio da qual procura evitar o desperdício, equacionando as quantidades na medida exata.

MATEMÁTICA**— QUESTÃO 16 —**

Um encanador dispõe de três pedaços de barras de cano medindo 120 cm, 280 cm e 320 cm. Ele gostaria de dividir essas barras em pedaços iguais, com o maior comprimento possível. Nessas condições, quantos pedaços de cano ele poderia obter?

- (A) 40
- (B) 32
- (C) 26
- (D) 18

— QUESTÃO 17 —

Leia o texto a seguir.

As estimativas para a safra de cereais, leguminosas e oleaginosas, para o ano de 2017, indicam uma produção de 222 milhões de toneladas, o que representa um crescimento de 20,3% em relação ao total de 2016, que foi de 182,4 milhões de toneladas. A área a ser colhida para a safra 2017 é estimada em 60 milhões de hectares, enquanto a área de 2016 foi de 57 milhões de hectares.

Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 3 abr. 2017. (Adaptado).

Nessas condições, a taxa de crescimento da produtividade da safra 2016 para a safra 2017 será, aproximadamente, igual a:

- (A) 28,2%
- (B) 20,3%
- (C) 15,6%
- (D) 1,56%

— QUESTÃO 18 —

Uma empresa que fabrica blocos para a construção civil tem um gasto mensal fixo de R\$ 6.000,00 com funcionários e demais encargos, além de um custo de R\$ 50,00 para cada bloco fabricado. Se em determinado mês, a empresa vende cada bloco por R\$ 65,00 e o dono da empresa deseja ter um lucro de R\$ 6.600,00, qual é a quantidade de blocos a serem fabricados naquele mês para que ocorra o lucro pretendido?

- (A) 840
- (B) 890
- (C) 960
- (D) 1260

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 19 —

Uma pessoa, disposta a recuperar sua forma física, resolveu retomar suas caminhadas diárias. Para isso, estabeleceu a seguinte meta: começar caminhando 2 km no primeiro dia e ir aumentando, de maneira constante, nos dias seguintes, para que no trigésimo primeiro dia já esteja caminhando 8 km. Nessas condições, quantos metros ela deve aumentar por dia, a partir do segundo dia, para atingir seu objetivo?

- (A) 100
- (B) 200
- (C) 300
- (D) 400

— QUESTÃO 20 —

Uma confecção vende vestidos e casacos no varejo e no atacado. Quando o cliente compra no atacado dez ou mais peças de um mesmo produto, a confecção dá um desconto de 20% no preço de cada item vendido. Um cliente adquiriu 12 vestidos e 15 casacos e pagou R\$ 4.344,00 por esses produtos, enquanto outro cliente comprou cinco vestidos e três casacos, pagando R\$ 1.450,00 por eles. Nessas condições, o preço cobrado pelo vestido no varejo é:

- (A) R\$ 112,00
- (B) R\$ 140,00
- (C) R\$ 200,00
- (D) R\$ 250,00

— QUESTÃO 21 —

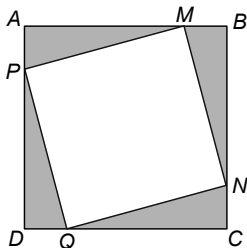
Uma loja vende, por dia, 1.000 m² de piso a R\$ 20,00 o m². Seu proprietário percebeu que a cada R\$ 1,00 de desconto dado no preço do m² de piso, a loja vendia 50 m² a mais, por dia. Por exemplo, no dia em que vendeu o piso a R\$ 18,00, a loja vendeu 1.100 m², e assim sucessivamente. Considerando x a quantidade de m² de piso vendido em um dia e F o faturamento obtido com essa venda, a função que expressa F , em termos de x , é:

- (A) $F(x) = \frac{-x^2}{50} + 40x$
- (B) $F(x) = \frac{x^2}{50} - 40x$
- (C) $F(x) = 50x^2 - 40x$
- (D) $F(x) = -50x^2 + 40x$

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 22 —

Na figura a seguir, o quadrado $PMNQ$ está inscrito em outro quadrado $ABCD$, cujos lados medem 16 cm.



De acordo com essas informações, o menor valor, em cm, que o segmento MB pode assumir para que a área do quadrado $PMNQ$ seja 136 cm^2 deve ser igual a:

- (A) 2
- (B) 4
- (C) 6
- (D) 8

— QUESTÃO 23 —

Um programa de televisão tem um quadro de perguntas e respostas e dá um prêmio de R\$ 30,00 ao participante, cada vez que ele acertar a resposta. Por outro lado, cada vez que ele errar, perde R\$ 20,00. Considere um participante que respondeu 30 perguntas e no final do quadro ganhou R\$ 200,00. Quantas perguntas ele errou?

- (A) 12
- (B) 14
- (C) 16
- (D) 18

— QUESTÃO 24 —

Ana, Sílvia e Carla compraram, em sociedade, uma chácara destinada à realização de eventos por R\$ 600.000,00 e investiram, respectivamente, R\$ 150.000,00, R\$ 200.000,00 e R\$ 250.000,00. Após a compra, combinaram que o faturamento obtido com o aluguel da chácara, em um ano, seria dividido proporcionalmente à quantia que cada uma investiu para comprá-la. Considerando que em um ano elas faturaram com a chácara R\$ 50.000,00, a quantia que Ana recebeu foi:

- (A) R\$ 12.500,00
- (B) R\$ 18.500,00
- (C) R\$ 22.500,00
- (D) R\$ 37.500,00

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 25 —

A tabela a seguir mostra a quantidade de veículos em Goiânia no período de 2012 a 2015.

Frota de Veículos				
Veículo	2012	2013	2014	2015
Automóvel	542.071	564.554	580.544	584.904
Caminhão	24.926	24.401	25.812	25.625
Motocicleta	197.567	206.724	214.323	220.315
Motoneta	42.637	45.266	47.758	49.819
Total	807.201	840.945	868.437	880.663

Disponível em: <idades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/5208707>.
Acesso em: 11 abr. 2017. (Adaptado).

De acordo com os dados apresentados nessa tabela, escolhendo ao acaso um veículo em Goiânia no ano de 2013, a probabilidade de que ele não seja um automóvel ou uma motoneta é, aproximadamente, de:

- (A) 0,725
(B) 0,275
(C) 0,246
(D) 0,118

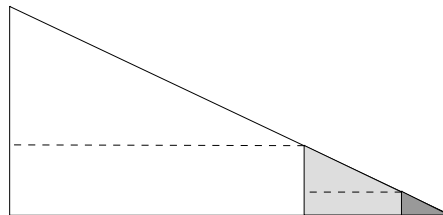
— QUESTÃO 26 —

Um terreno na forma triangular, com vértices nos pontos A , B e C , tem as seguintes propriedades: o lado BC mede 40 metros, a distância do vértice A ao lado BC é de 30 metros e o lado AB faz um ângulo de 60° com o lado BC . Deseja-se construir nesse terreno uma quadra retangular, inscrita no triângulo ABC , cujo maior lado está sobre o lado BC e tenha área igual à metade da área do triângulo ABC . Considerando os dados apresentados, o perímetro, em metros, da quadra retangular será igual a:

- (A) 40
(B) 60
(C) 70
(D) 90

— RASCUNHO —**— QUESTÃO 27 —**

Na figura a seguir, a partir de um triângulo retângulo, é construído um novo triângulo retângulo cujo cateto vertical mede um terço do cateto vertical do triângulo original, e assim sucessivamente.



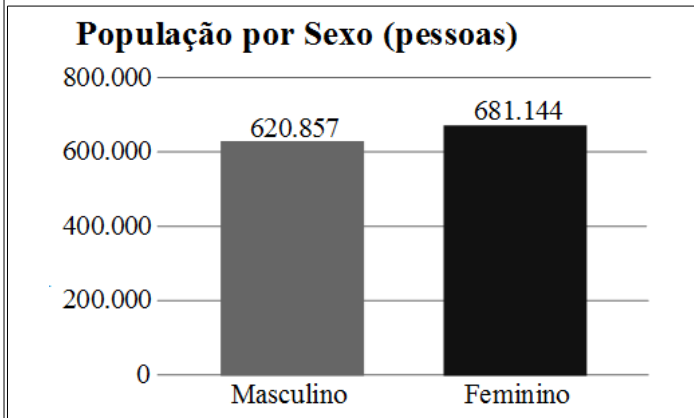
Nessas condições, considerando o quinto triângulo retângulo obtido por esse processo, a razão entre a sua área e a área do triângulo original será:

- (A) $\frac{1}{9}$
(B) $\frac{1}{243}$
(C) $\frac{1}{729}$
(D) $\frac{1}{59.049}$

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 28

O gráfico a seguir mostra a população por sexo na cidade de Goiânia, no ano de 2010.



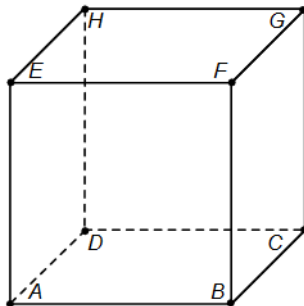
Disponível em: <idades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/5208707>. Acesso em: 11 abr. 2017.

Segundo informações do IBGE, a população estimada da cidade de Goiânia em 2016 era de 1.448.639 pessoas. De acordo com essa informação e os dados apresentados no gráfico, se a quantidade de pessoas do sexo feminino tivesse em 2016 a mesma proporção apresentada em 2010 em relação ao total de pessoas da população de Goiânia, a quantidade de pessoas do sexo feminino em Goiânia, em 2016, seria, aproximadamente, de:

- (A) 681.144
- (B) 691.000
- (C) 757.638
- (D) 767.495

— QUESTÃO 29

A figura a seguir representa um cubo de aresta a .



Considerando a pirâmide de base triangular cujos vértices são os pontos B, C, D e G do cubo, o seu volume é dado por:

- (A) $\frac{a^3}{6}$
- (B) $\frac{a^3}{3}$
- (C) $\frac{a^3}{3\sqrt{3}}$
- (D) $\frac{a^3}{6\sqrt{6}}$

— QUESTÃO 30

Uma empresa de limpeza conta com dez faxineiras em seu quadro. Para atender três eventos em dias diferentes, a empresa deve formar três equipes distintas, com seis faxineiras em cada uma delas. De quantas maneiras a empresa pode montar essas equipes?

- (A) 210
- (B) 630
- (C) 15.120
- (D) 9.129.120

— RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**— QUESTÃO 31 —**

De acordo com a Resolução n. 001/1986, do CONAMA, dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA) o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, tais como obras de saneamento ou de irrigação; abertura de canais para navegação, drenagem e irrigação; retificação de cursos d'água; abertura de barras e embocaduras; transposição de bacias e diques e obras hidráulicas para exploração de recursos hídricos, como barragens para fins hidrelétricos. Neste último caso, o EIA/RIMA é exigido apenas para empreendimentos hidrelétricos com capacidade de geração acima de:

- (A) 10 MW.
- (B) 25 MW.
- (C) 100 MW.
- (D) 250 MW.

— QUESTÃO 32 —

A Resolução do CONAMA n. 237/1997 regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente. Dentre esses aspectos, o que se refere ao licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades com significativo impacto ambiental, de competência exclusiva do órgão ambiental estadual, é:

- (A) empreendimentos e atividades localizados na zona econômica exclusiva.
- (B) empreendimentos e atividades destinados a pesquisar, lavar, produzir, beneficiar, transportar, armazenar e dispor de material radioativo.
- (C) empreendimentos e atividades cujos impactos ambientais diretos ultrapassem os limites territoriais de um ou mais municípios.
- (D) bases ou empreendimentos militares, quando couber, observada a legislação específica.

— QUESTÃO 33 —

De acordo com a Resolução n. 001/1986 do CONAMA, o estudo de impacto ambiental deve desenvolver, no mínimo, a seguinte atividade técnica:

- (A) elaboração do programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos negativos, indicando os fatores e parâmetros a serem considerados. Os impactos positivos dispensam monitoramento.
- (B) definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos, entre elas os equipamentos de controle e os sistemas de tratamento de despejos, avaliando a eficiência de cada uma delas. As medidas compensatórias são opcionais no estudo de impacto ambiental.
- (C) diagnóstico ambiental limitado à área de influência direta do projeto, incluindo a descrição e a análise dos recursos ambientais e suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da área antes da implantação do projeto, considerando os meios físico, biológico e socioeconômico.
- (D) análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas mediante identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, discriminando os impactos positivos e negativos (benéficos e adversos), diretos e indiretos, imediatos e a médio e longo prazos, temporários e permanentes.

— QUESTÃO 34 —

A Política Nacional de Meio Ambiente foi instituída pela Lei Federal n. 6.938, de 31 de agosto de 1981, que estabelece como um de seus instrumentos:

- (A) o Fundo Nacional do Meio Ambiente.
- (B) o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento Básico.
- (C) os incentivos à produção e à instalação de equipamentos voltados para a melhoria da qualidade ambiental.
- (D) o Cadastro Técnico Municipal de atividades potencialmente poluidoras.

— QUESTÃO 35 —

O gerenciamento de áreas contaminadas é um tema que vem ganhando destaque no Brasil nos últimos anos. A Fase Livre é considerada uma das formas de contaminação causada pela introdução antrópica de elementos químicos potencialmente tóxicos no meio natural, e pode ser entendida como a ocorrência de:

- (A) substância imiscível, em fase separada da água.
- (B) substância miscível, dissolvida na água.
- (C) substância absorvida no solo.
- (D) substância adsorvida no solo.

— QUESTÃO 36 —

É a etapa do processo de gerenciamento de áreas contaminadas que consiste na aquisição e interpretação de dados a fim de entender a dinâmica da contaminação nos meios físicos afetados e a identificação dos cenários específicos de uso e ocupação do solo, dos receptores de risco existentes, dos caminhos de exposição e das vias de ingresso. Essa etapa tem a seguinte denominação:

- (A) investigação detalhada.
- (B) investigação confirmatória.
- (C) avaliação preliminar.
- (D) avaliação de risco.

— QUESTÃO 37 —

Ao fazer uma perícia ambiental em um posto de combustíveis ativo, um engenheiro ambiental identificou que o empreendimento não dispunha da Licença de Operação válida. Para que o estabelecimento tivesse sua situação regularizada, o referido profissional solicitou que o responsável pelo posto providenciasse alguns documentos a serem utilizados no processo de licenciamento. Nesse sentido, são estudos técnicos requeridos no momento do licenciamento ambiental de postos de abastecimento que, associados entre si, comprovam se há ou não contaminação ambiental por hidrocarbonetos no subsolo:

- (A) Teste de Estanqueidade e Plano de Gestão Ambiental.
- (B) Investigação de Passivo Ambiental e Estudo de Impacto Ambiental.
- (C) Teste de Estanqueidade e Investigação de Passivo Ambiental.
- (D) Investigação de Passivo Ambiental e Plano de Controle Ambiental.

— QUESTÃO 38 —

Durante perícia ambiental realizada na área da estação de tratamento de efluentes de um antigo curtume, um Engenheiro Ambiental identificou vazamentos que poderiam comprometer a qualidade das coleções hídricas subterrâneas da região. Ao coletar amostras de água do subsolo para a realização de análises químicas com o objetivo de comprovar ou não a ocorrência de contaminação pelas atividades de beneficiamento de couro, necessitou indicar o parâmetro químico de interesse ambiental a ser quantificado pelo laboratório. Nesse sentido, qual é o analito mais indicado para se chegar à resposta técnica desejada para o caso?

- (A) Cromo.
- (B) Tolueno.
- (C) Aldrin.
- (D) Arsênio.

— QUESTÃO 39 —

O Decreto Estadual n. 1.745, de 6 de dezembro de 1979, dispõe sobre a prevenção e o controle da poluição do meio ambiente em Goiás. Em sua Seção II, que trata dos padrões de emissão, o artigo 37 estabelece a proibição da emissão de fumaça, por parte de fontes estacionárias, com densidade colorimétrica superior ao Padrão 1 da Escala de Ringelmann, salvo em caso de operação de aquecimento de fomalha, em período único diário de:

- (A) cinco minutos.
- (B) dez minutos.
- (C) quinze minutos.
- (D) vinte minutos.

— QUESTÃO 40 —

Uma hidrelétrica de grandes dimensões será instalada no Estado de Goiás. A Lei Federal n. 9.985, de 18 de julho de 2000, instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e estabeleceu que, nos casos de licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão competente mediante fundamentação em estudo e relatório de impacto ambiental, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral a título de compensação. Segundo a referida lei, o montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade não pode ser inferior a qual porcentagem dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento?

- (A) 0,3%.
- (B) 0,4%.
- (C) 0,5%.
- (D) 0,6%.

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 41 —

Um engenheiro ambiental foi contratado para delimitar as Áreas de Preservação Permanente de um reservatório artificial, de forma a atender as diretrizes estabelecidas pela Resolução n. 302/2002 do CONAMA. Esta resolução:

- (A) estabelece Área de Preservação Permanente de 50 metros, no mínimo, para os reservatórios artificiais de geração de energia elétrica com até 10 hectares, sem prejuízo da compensação ambiental.
- (B) define como Área de Preservação Permanente a área com largura mínima, em projeção horizontal, no entorno dos reservatórios artificiais, medida a partir do nível máximo normal de 30 metros para os reservatórios artificiais situados em áreas urbanas consolidadas e 100 metros para áreas rurais.
- (C) define Área de Preservação Permanente de 30 metros, no mínimo, para reservatórios artificiais não utilizados em abastecimento público ou geração de energia elétrica, com até 20 hectares de superfície e localizados em área rural.
- (D) determina que os limites da Área de Preservação Permanente no entorno de reservatórios artificiais situados em áreas urbanas consolidadas ou em propriedades rurais poderão ser ampliados ou reduzidos, observando-se o patamar mínimo de 15 metros.

— QUESTÃO 42 —

De acordo com a Resolução n. 302/2002 do CONAMA, a ampliação ou redução do limite das Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais, situados em áreas urbanas consolidadas ou rurais, deverá ser estabelecida considerando, no mínimo, o seguinte critério:

- (A) características econômicas da bacia hidrográfica.
- (B) uso e ocupação do solo na bacia hidrográfica de montante.
- (C) representatividade ecológica da área no bioma presente na bacia hidrográfica em que está inserido, notadamente a existência de espécies endêmicas.
- (D) aspectos relativos à geologia, geomorfologia, hidrogeologia e fisiografia da bacia hidrográfica.

— QUESTÃO 43 —

A Lei Federal n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Na seção relativa aos crimes contra a flora, foi estabelecido que a pena será aumentada de um sexto a um terço se o crime for cometido em:

- (A) período de floração da vegetação.
- (B) época de seca ou de inundação.
- (C) período diurno, domingo ou feriado.
- (D) desfavor de espécies exóticas.

— QUESTÃO 44 —

A Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010, institui a responsabilidade compartilhada dos geradores de resíduos: fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, cidadão e titulares de serviços de manejo dos resíduos sólidos urbanos na logística reversa destes e de suas embalagens pós-consumo. De acordo com a referida lei, a logística reversa deve ser obrigatoriamente implantada para os resíduos:

- (A) óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens; lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista; produtos eletroeletrônicos e seus componentes; pilhas e baterias; pneus e agrotóxicos, seus resíduos e embalagens.
- (B) pilhas e baterias; óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens; lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista; produtos eletroeletrônicos e seus componentes; pneus e resíduos de serviço de saúde.
- (C) pilhas e baterias; pneus; agrotóxicos, seus resíduos e embalagens; embalagens PET; lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista e produtos eletroeletrônicos e seus componentes.
- (D) óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens; resíduo de construção civil; produtos eletroeletrônicos e seus componentes; pilhas e baterias; pneus e agrotóxicos, seus resíduos e embalagens.

— QUESTÃO 45 —

No processo de licenciamento ambiental de uma usina hidrelétrica, exigiu-se a elaboração do EIA/RIMA. Considerando que o órgão ambiental competente poderá estabelecer prazos de análise diferenciados para cada modalidade de licença (LP, LI e LO), com base nas peculiaridades da atividade ou empreendimento, bem como para a formulação de exigências complementares, o prazo para análise do licenciamento em questão, a contar do ato de protocolo do requerimento até o deferimento ou indeferimento do processo, segundo a Resolução do CONAMA n. 237/1997, deverá ser de até:

- (A) seis meses, sendo que o prazo poderá ser alterado mediante justificativa e com a concordância do empreendedor e do órgão ambiental competente.
- (B) doze meses, sendo que o prazo poderá ser alterado mediante justificativa e com a concordância do empreendedor e do órgão ambiental competente.
- (C) dezoito meses, sendo que o prazo poderá ser alterado mediante justificativa e com a concordância do empreendedor e do órgão ambiental competente.
- (D) vinte e quatro meses, sendo que o prazo poderá ser alterado mediante justificativa e com a concordância do empreendedor e do órgão ambiental competente.

— QUESTÃO 46 —

Determinada empresa consulta o órgão ambiental para obter informações sobre exigências para o processo de licenciamento ambiental de uma ferrovia, no que tange à apresentação do Estudo de Impacto ambiental e seu respectivo relatório (EIA/RIMA). Levando em conta os instrumentos legais que regulamentam o EIA/RIMA, deve-se considerar o seguinte:

- (A) o EIA/RIMA é um estudo amplo, integrante do licenciamento ambiental, destinado a avaliar os impactos ao meio ambiente natural, sem a abordagem dos impactos aos meios artificial e cultural, pois eles não integram o conceito de meio ambiente.
- (B) o EIA/RIMA é um estudo ambiental simplificado, exigido em todas as atividades e empreendimentos modificadores do meio ambiente, devendo ser apresentados e aprovados na etapa de obtenção da Licença de Instalação.
- (C) o EIA/RIMA, tendo em vista o respeito ao sigilo industrial, não será acessível ao público, sendo a consulta restrita às audiências públicas.
- (D) a licença ambiental para empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio dependerá de prévio estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto sobre o meio ambiente (EIA/RIMA).

— QUESTÃO 47 —

Um rio com vazão de 1.775 m³/s e concentração de DBO de 2 mg/L recebe o lançamento de efluentes de uma indústria com vazão de 2.160 m³/dia, proveniente de um sistema de tratamento com eficiência de remoção de 80%, que resulta em um efluente a ser lançado com concentração final de DBO de 200 mg/L. Nessa situação, é válida a hipótese de mistura completa na região de lançamento. Com base nos critérios estabelecidos pela Resolução do CONAMA n. 430/2011,

- (A) o efluente poderá ser lançado, pois atende às condições e aos padrões determinados.
- (B) o efluente poderá ser lançado em caráter permanente mediante a comprovação de relevante interesse público, devidamente motivado.
- (C) o efluente não poderá ser lançado, pois não possui a concentração máxima de DBO de 60 mg/L, que é determinada.
- (D) o efluente não poderá ser lançado, pois não obedece às condições e aos padrões estabelecidos na resolução.

— QUESTÃO 48 —

O licenciamento ambiental é um instrumento preventivo dividido em três licenças distintas que estabelecem condições e medidas de controle ambiental a serem observadas pelo empreendedor: Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação. Levando em conta este instrumento,

- (A) a renovação da Licença de Operação de uma atividade ou empreendimento deverá ser requerida com antecedência mínima de sessenta dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente.
- (B) o prazo de validade da Licença de Operação deverá considerar os planos de controle ambiental e será de, no mínimo, quatro anos e, no máximo, seis anos.
- (C) o licenciamento ambiental de atividades relativas aos casos em que os impactos ambientais diretos ultrapassem os limites territoriais de municípios é competência exclusiva do IBAMA.
- (D) o órgão ambiental competente, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida, quando ocorrer violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais.

— QUESTÃO 49 —

Segundo a Lei Federal n. 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, as unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos com características específicas, Unidades de Conservação Integral e Unidade de Usos Sustentável. unidade de Conservação de Uso Sustentável constitui uma:

- (A) Reserva Particular de Patrimônio Natural.
- (B) Estação Ecológica.
- (C) Parque Nacional.
- (D) Reserva Biológica.

— QUESTÃO 50 —

O Decreto n. 1.745, de 06 de dezembro de 1979, aprova o regulamento da Lei n. 8.544, de 17 de outubro de 1978, que dispõe sobre a prevenção e o controle da poluição do meio ambiente no estado de Goiás. Segundo esse instrumento legal, os parâmetros regulamentados para os padrões de qualidade do ar são:

- (A) monóxido de carbono; fumaça; óxido de enxofre; oxidantes fotoquímicos.
- (B) partículas em suspensão; óxido de enxofre; monóxido de carbono; oxidantes fotoquímicos.
- (C) partículas em suspensão; monóxido de carbono; fumaça; ozônio.
- (D) partículas em suspensão; monóxido de carbono; óxido de enxofre; ozônio.

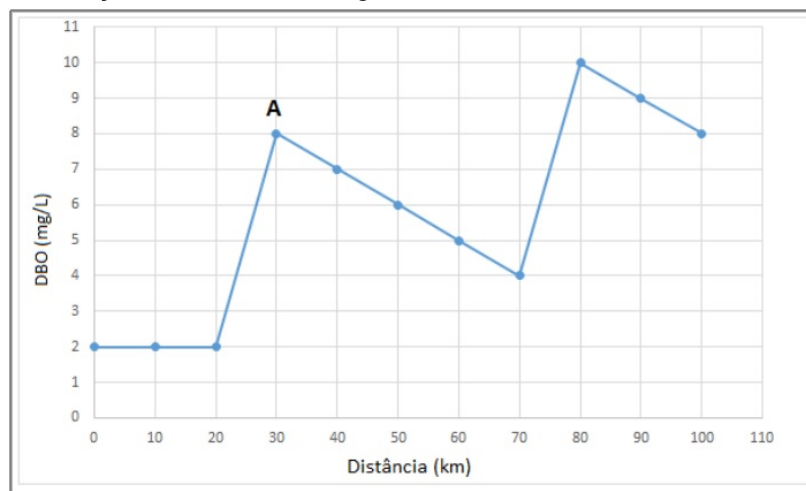
— QUESTÃO 51 —

A Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997, instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. De acordo com esta lei,

- (A) o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos foi criado com o objetivo de promover a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental.
- (B) a cobrança pelo uso de recursos hídricos constitui um dos seus instrumentos e visa diminuir os custos de combate à poluição das águas.
- (C) a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos é um dos seus instrumentos e prevê a suspensão do direito de uso em caso de necessidade de prevenção ou reversão de degradação ambiental grave.
- (D) as Agências de Água têm a competência de promover a articulação do planejamento de recursos hídricos com os planejamentos nacional, regional e estadual.

— QUESTÃO 52 —

O gráfico a seguir destaca a variação de DBO_5^{20} ao longo de um rio com vazão de $5 \text{ m}^3/\text{s}$.



No gráfico, no quilômetro 30 (ponto A), o corpo hídrico recebe um lançamento de efluentes oriundos de sistema de tratamento de esgoto sanitário com vazão de 500 L/s . Nessa situação,

- (A) o lançamento promoverá a alteração da Classe do corpo de água, conforme determinado na Resolução n. 357/2005 do CONAMA, pois a concentração de DBO_5^{20} não atenderá ao padrão estabelecido para corpos de água de Classe 2.
- (B) o lançamento não promoverá a alteração da Classe do corpo de água, conforme o determinado na Resolução n. 357/2005 do CONAMA, pois a concentração de DBO_5^{20} permanecerá dentro do padrão estabelecido para corpos de água Classe 2.
- (C) o efluente poderá ser lançado no corpo receptor sem prejuízo para os usos previstos para o manancial, conforme Resolução n. 357/2005 do CONAMA, considerando que o corpo da água já se enquadra na Classe 3 antes do lançamento.
- (D) o efluente poderá ser lançado no corpo receptor sem prejuízo para os usos previstos para o manancial, conforme Resolução n. 357/2005 do CONAMA, considerando que o corpo da água já se enquadra na Classe 4 antes do lançamento.

— QUESTÃO 53 —

A educação ambiental compreende os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. Nessa perspectiva, a educação ambiental

- (A) deverá ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino, conforme previsto na Lei n. 9.597/1999.
- (B) deverá ser inserida em todos os níveis de ensino, inclusive na educação da comunidade, para capacitá-la a participar de forma ativa na defesa do meio ambiente – um dos princípios da Política Nacional de Meio Ambiente, Lei n. 6.938/1981.
- (C) deverá estar inserida em ações que promovam a capacitação de recursos humanos voltados ao atendimento prioritário da demanda das escolas no que diz respeito à problemática ambiental.
- (D) deverá estar presente de forma prioritária no ensino fundamental, em caráter formal e não formal, conforme previsto na Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999.

— QUESTÃO 54 —

Na fase de implantação da duplicação de uma rodovia, serão necessárias intervenções próximas a uma área de veredas e de um manancial com 100 metros de largura e profundidade média de 25 metros. Admitidos os aspectos jurídicos brasileiros pertinentes às Áreas de Preservação Permanente (APP), em quais distâncias poderão ser realizadas as intervenções?

- (A) As intervenções podem ser realizadas no ambiente de vereda, pois este não é considerado Área de Preservação Permanente (APP) pela Lei n. 12.651/2012 (Novo Código Florestal).
- (B) As intervenções podem ser efetivadas a uma largura mínima de trinta metros, a partir do limite do espaço brejoso e encharcado, na área de veredas; e a partir de cinquenta metros da faixa marginal do manancial, medida a partir do nível mais alto, em projeção horizontal, assegurando, assim, o estabelecido na Resolução CONAMA n. 303/2002.
- (C) As intervenções podem ser realizadas a uma largura mínima de trinta metros, a partir do limite do espaço brejoso e encharcado, na área de veredas; e a partir de cem metros da faixa marginal do manancial, medida no nível mais alto, em projeção horizontal, assegurando, assim, o estabelecido na Resolução CONAMA n. 303/2002.
- (D) A intervenção ou a supressão de vegetação nativa na Área de Preservação Permanente (APP) poderá ocorrer, desde que na hipótese de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental, de acordo com a Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012 (Novo Código Florestal).

— QUESTÃO 55 —

As Conferências Internacionais sobre o Meio Ambiente fundamentaram-se, inicialmente, na preocupação dos países desenvolvidos em rever seus modelos de produção e buscar alternativas econômicas para alcançar harmonização com o meio ambiente. Após as primeiras discussões, vários acontecimentos marcaram a história dos movimentos ambientalistas. Entre eles, pode-se destacar o seguinte:

- (A) os países participantes reconheceram o conceito de desenvolvimento sustentável e começaram a moldar ações com o objetivo de proteger o meio ambiente, na Conferência que ficou conhecida como Rio-92, que aconteceu 20 anos depois da primeira conferência do tipo, em Estocolmo, na Suécia.
- (B) o livro *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, foi um marco nas discussões ambientais, pois alertava sobre os efeitos danosos de inúmeras ações humanas sobre o ambiente, tais como o crescimento populacional e o aumento do consumismo.
- (C) a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), para promover a conservação do meio ambiente e o uso eficiente de recursos no contexto do desenvolvimento sustentável, foi um dos marcos da Conferência de Estocolmo, em 1972.
- (D) a COP 21 (21ª Conferência das Partes), ocorrida em Paris no ano de 2015, foi a última conferência realizada no mundo para se discutir o aquecimento global.

— QUESTÃO 56 —

A perícia tem a finalidade de subsidiar tecnicamente o magistrado para embasar sua decisão quanto à solução de determinado conflito. Esse subsídio torna-se possível pelo trabalho técnico-científico consubstanciado em documento chamado Laudo Pericial. A respeito deste documento, deve-se considerar o seguinte:

- (A) a perícia de constatação do dano ambiental tem a função de indicar os danos ambientais ocorridos, mas não o montante do prejuízo causado para efeitos de prestação de fiança e cálculo de multa.
- (B) a perícia ambiental é regida pelo Código de Processo Civil, assim como as demais modalidades de perícia.
- (C) a perícia ambiental pode ser realizada por portadores de cursos específicos, que comprovem conhecimentos e habilidades, dispensando-se a formação em curso superior.
- (D) a solicitação das perícias é de competência exclusiva do juiz ou promotor de justiça.

— QUESTÃO 57 —

A Região Metropolitana de Goiânia (RGM) exerce importante papel na região central do Brasil, juntamente com Brasília. Em relação à metrópole goiana, o padrão do crescimento populacional é:

- (A) centrípeto.
- (B) centrífugo.
- (C) despolarizado.
- (D) descentrado.

— QUESTÃO 58 —

O estado de Goiás encontra-se em posição estratégica para a integração nacional, especialmente levando em conta a malha de transportes. Dentre os principais eixos rodoviários, a BR - 060 interliga Goiânia às cidades:

- (A) Acreúna e Palmeiras de Goiás.
- (B) Hidrolândia e Quirinópolis.
- (C) Jandaia e Paraúna.
- (D) Rio Verde e Indiará.

— QUESTÃO 59 —

A Mesorregião do Norte Goiano faz fronteira com o estado do Tocantins e possui vinte e seis municípios. De acordo com o último censo do IBGE (2010), os dois municípios mais populosos dessa região são:

- (A) Minaçu e Campinorte.
- (B) Niquelândia e Porangatu.
- (C) Uruaçu e Cavalcante.
- (D) Crixás e Mara Rosa.

— QUESTÃO 60 —

No estado de Goiás há importantes bacias hidrográficas do Brasil. Considerando a produção de energia, aquela que possui o maior número de usinas hidrelétricas é a Bacia do Rio:

- (A) Araguaia.
- (B) Tocantins.
- (C) Corumbá.
- (D) Paranaíba.

— RASCUNHO —

PROVA DISCURSIVA

— QUESTÃO 01 —

A Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997, instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos. Descreva o que é um Plano de Recursos Hídricos e cite quatro aspectos técnicos do conteúdo mínimo que um estudo dessa natureza deve apresentar.

(10 pontos)

— QUESTÃO 02 —

Sabendo que outorga de direitos de uso de recursos hídricos é um dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, descreva seus objetivos, a competência de concessão deste instrumento e cite os cinco usos de recursos hídricos que estão sujeitos à outorga.

(10 pontos)

